

FACULDADE DE DIREITO DO SUL DE MINAS

SARA HELENA PEREIRA E SILVA

Propriedade intelectual e a alta modernidade: redefinindo o sistema para adequação aos direitos fundamentais

Projeto de pesquisa orientado pelo Prof. Dr. Elias Kallás Filho, apresentado para banca examinadora pleiteando uma das bolsas disponibilizadas pelo instituto FAPEMIG, vinculadas ao curso de direito da Faculdade de Direito do Sul de Minas.

Pouso Alegre - MG
Fevereiro 2014

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome: Sara Helena Pereira e Silva

Endereço: Rua Herculano Cobra, 847, Borda da Mata/MG

CEP 37.564-000

PPGD: Faculdade de Direito do Sul de Minas

Vinculação: aluna do 9º período do curso de bacharelado em Direito da FDSM,

Coordenadora Nacional da UAEM-Brasil, bolsista FAPEMIG no período

2011/2013

2. INTRODUÇÃO

2.1 TEMA

A presente pesquisa pretende estudar o panorama atual de propriedade intelectual, mais especificamente do grande ramo da propriedade industrial, no Brasil e no mundo, e a necessidade de alteração do sistema vigente para que este se torne compatível com uma sociedade altamente diferenciada e baseada na efetivação dos direitos humanos e fundamentais.

2.2 DELIMITAÇÃO DO TEMA

A atual configuração do sistema internacional de proteção à propriedade intelectual começou a ser moldado com as Convenções Internacionais de Paris (1883) e de Berna (1886)¹, nas primeiras tentativas de instituir alguma uniformização da proteção desta modalidade de propriedade. Apesar de importantes, estas convenções não tinham qualquer poder coercitivo em relação aos países signatários, cabendo a cada um determinar as matérias a serem protegidas e de que forma isso seria feito. A uniformização e coerção só foram alcançadas com a assinatura do *Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights* (TRIPS) em 1994, que instituiu sistema normativo rígido de proteção à propriedade intelectual e criou mecanismo de solução de conflitos. A partir deste momento os países signatários deveriam internalizar determinações do acordo e poderiam ser alvo de sanções comerciais caso não as cumprissem. No Brasil, a Lei de Propriedade Intelectual aprovada em 1996 sob forte influência internacional instituiu o sistema de proteção nacional vigente até os dias de hoje².

Críticas ao sistema, especialmente após a uniformização proposta pelo TRIPS, abordam a falibilidade do mesmo frente a uma sociedade desigual, dinâmica no compartilhamento de informações e sedenta por novas

¹ CHAVEZ, Gabriela Costa e outros. *A evolução do sistema internacional de propriedade intelectual: proteção patentária para o setor farmacêutico e acesso a medicamentos*. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23 (3), páginas 257 a 267, fevereiro de 2007.

² PARANAGUÁ, Pedro, REIS, Renata. *Patentes e Criações Industriais*. Editora FGV, primeira edição, Rio de Janeiro, 2009, página 41.

tecnologias. Se em algum momento histórico a recuperação de gastos de pesquisa³ justificava o sistema de cobrança pelo conhecimento/produto, causando conseqüentemente a diminuição do acesso, parece-nos que em um contexto de efetivação dos direitos humanos e fundamentais, a dinâmica de partilhamento e aproveitamento dos conhecimentos precisa ser repensada.

No mesmo contexto, tratando especificamente da propriedade intelectual patentária, a falibilidade do sistema quanto à produção de soluções para doenças de regiões pobres do planeta levou à recomendação pela OMS da alteração do sistema atual baseado na recuperação dos gastos em Pesquisa e Desenvolvimento de inovações⁴.

O presente trabalho propõe revisitar as características do sistema, a averiguação de suas deficiências e a análise de propostas alternativas que se mostram mais alinhadas com as novas configurações sociais e com a Constituição da República de 1988.

³ BARBOSA, Denis B. *Uma introdução à propriedade intelectual*. Editora Lumen Júris. 2003, página 295. Disponível em < <http://www.denisbarbosa.addr.com/arquivos/livros/umaintro2.pdf>>

⁴ WHO – World Health Organization. *Research and Development to Meet Health Needs in Developing Countries: Strengthening Global Financing and Coordination*. Report of the Consultative Expert Working Group on Research and Development: Financing and Coordination, Genebra, abril de 2012.

3. OBJETIVOS

A presente pesquisa pretende estudar o panorama atual de propriedade intelectual no Brasil e no mundo, a evolução histórica da matéria e a sua atual configuração, tratando especificamente do grande ramo da Propriedade Industrial. Posteriormente, a pesquisa compilará as principais críticas ao tradicional sistema. Feito isso, a pesquisa abordará modelos alternativos de financiamento e acesso a inovações. Por fim, a pesquisa discutirá a pertinência do tradicional sistema de propriedade intelectual e suas alternativas em uma sociedade altamente diferenciada, e quais as melhores opções para a efetivação de direitos fundamentais à informação e acesso a inovação baseando-se nos preceitos da Constituição de 1988.

3.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para tanto, será de grande valia desenvolver a presente pesquisa por etapas, quais sejam:

a) Analisar a evolução histórica dos direitos de propriedade intelectual no seu grande ramo da propriedade industrial.

b) Identificar as principais críticas ao sistema vigente e compilar estudos e pesquisas concretos a respeito da suposta ineficiência do sistema atual.

c) Ponderar sobre métodos alternativos de compartilhamento do conhecimento e da propriedade imaterial, atentando para iniciativas bem sucedidas e recomendadas por entidades internacionais.

d) Verificar se o sistema atual é efetivo na concretização dos direitos fundamentais constitucionais e, se não, quais alternativas parecem mais adequadas para tal.

4. Metodologia

A pesquisa utilizará o método analítico, recorrendo ao marco teórico da Teoria da Ação Comunicativa de Jurgen Habermas para sustentar as discussões propostas.

5. Cronograma

Março	Início dos trabalhos, levantamento bibliográfico e legal com organização dos materiais a serem lidos.
Abril	Leitura dos materiais
Maio	Leituras dos materiais
Junho	Averiguação das primeiras hipóteses e levantamento de material a ser lido
Julho	Leitura dos Materiais
Agosto	Leitura dos Materiais
Setembro	Averiguação de hipóteses restantes e leitura de materiais complementares
Outubro	Leitura de materiais complementares
Novembro	Elaboração do Artigo
Dezembro	Elaboração do Artigo
Janeiro	Elaboração do Artigo
Fevereiro	Entrega dos relatórios finais juntamente com Artigo científico

6. Bibliografia

BARBOSA, Denis B. *Uma introdução à propriedade intelectual*. Editora Lumen Júris. 2003, página 295. Disponível em <<http://www.denisbarbosa.addr.com/arquivos/livros/umaintro2.pdf>>

DUARTE, Bernardo Augusto Ferreira. *Direito à Saúde e teoria da argumentação: em busca da legitimidade dos discursos jurisdicionais*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2012.

EUROPEAN MOLECULAR BIOLOGY ORGANIZATION. *Inadequate health interventions*. EMBO reports, Vol. 4, special issue, 2003.

JAH, Prabhat; LAVERY, James V. *Evidence for global health*. Canadian Medic Association Journal. May, 2004, 170 (11).

MORAN, Mary and Others. *Neglected Disease Research and Development: How Much Are We Really Spending?*. February 2009. Volume 6. Issue 2, e1000030, Plos Medicine (www.plosmedicine.org).

PARANAGUÁ, Pedro, REIS, Renata. *Patentes e Criações Industriais*. Editora FGV, primeira edição, Rio de Janeiro, 2009

REIS, Renata; TERTO, Veriano; PIMENTA, Maria C. *Direitos de propriedade intelectual e acesso aos antirretrovirais: resistência da sociedade civil no sul global: Brasil, Colômbia, China, Índia, Tailândia*. Rio de Janeiro: ABIA, 2011.

SIMIONI, Rafael Lazzarotto. *Direito e racionalidade comunicativa: A teoria discursiva do direito no pensamento de Jürgen Habermas*. Curitiba: Juruá, 2007.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Equitable access to essential medicines: a framework for collective action*. WHO Policy Perspectives on Medicines, 2004.

WHO – World Health Organization. *Research and Development to Meet Health Needs in Developing Countries: Strengthening Global Financing and Coordination*. Report of the Consultative Expert Working Group on Research and Development: Financing and Coordination, Geneva, abril de 2012